
FAODP Indexação: ferramenta arquivística para organizar documentos permanentes nas instituições públicas

John Charlles Nogueira Barbosa
Arquivista - UFPA
Mestre em Ciência da Informação
jc.taio@gmail.com

Francisco Assis Pinto Bezerra
Mestre em Planejamento do Desenvolvimento – NAEA/UFPA
pinto.bezerra@hotmail.com

Resumo

A indexação para organizar os acervos permanentes é de fundamental importância para garantir a memória e o testemunho científico, cultural, social e político de qualquer instituição, visando a recuperação dessas informações. O objetivo desse artigo é analisar o processo de indexação dos acervos permanentes nas instituições públicas. Essa proposta foi alcançada a partir do uso de questionário, estruturado em forma de perguntas abertas, fechadas, de múltipla escolha e enviado por e-mail aos arquivistas dos acervos da Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Pará; e do Arquivo Público do Estado do Pará. Os resultados evidenciaram que os arquivistas das instituições pesquisadas raramente se apropriam de recursos para compor o processo de indexação dos documentos permanentes, a exemplo das diretrizes pré-definidas, elaboração de manual ou de catálogos, uso de *Software*, campo para incluir termos e remissivas; entre outros e, para piorar, os arquivistas pouco conhecem os instrumentos de indexação. Conclui-se que os sujeitos dessa pesquisa não usam as ferramentas arquivistas para indexar os documentos de acervos permanentes, cuja causa mais evidente é a ausência de uma política voltada para este segmento e, por conseguinte, os arquivistas carecem de ferramentas para aplicar no seu *labor*, ainda que estes profissionais recorram a formas de representação alternativas para recuperar a informação: os fundamentos da Ciência da Informação e da Norma brasileira de descrição arquivista.

Palavras-chave: Indexação. Arquivos. Organização da Informação Arquivística. Recuperação da Informação Arquivística.

FAODP Indexing: archival tool to organize permanent documents in public institutions

Abstract

Indexing to organize permanent archives is of fundamental importance to ensuring the memory and scientific, cultural, social and political testimony of any institution, with a view to retrieving such information. The purpose of this article is to analyze the process of indexing permanent assets in public institutions. This proposal was achieved through the use of a questionnaire, structured in the form of open, closed, multiple choice questions and sent by e-mail to the archivists of the archives of the Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Pará; and the

Arquivo Público do Estado do Pará. The results have shown that the archivists of the institutions being searched rarely appropriate resources to render the process of indexing permanent documents, such as pre-defined guidelines, manual or catalogs, use of Software, a field to include terms and referrals; among others, and, to make matters worse, the archivists are not familiar with the indexing instruments. It is concluded that the subjects of this research do not use archival tools to index documents of permanent records, the most obvious cause of which is the absence of a policy aimed at this segment, and therefore archivists lack tools to apply in their labor, even though these professionals use alternative forms of representation to reclaim information: the basics of Information Science and the Brazilian Archival Description Standard.

Keywords: Indexing. Archival Information Organization. Archival Information Retrieval.

1 INTRODUÇÃO

A partir do ano de 1990 o avanço das inovações tecnológicas, centradas nos recursos computacionais e de informática, trouxeram impactos para todos os segmentos sociais, sendo que um dos aspectos mais visíveis dessa dinâmica foi à disseminação de informações e com impactos para a área da Arquivologia. “No final do século XX essa área se tornou parte da Ciência da Informação e, como efeito, esta passou a valorizar, como objeto científico, a informação, e não mais o documento de arquivo até então vigente” (SCHMIDT, 2012, p. 19).

Essa mudança de objeto na Arquivologia, inclusive, encontra respaldo nas palavras de Jardim (1987, p. 49), ao definir que “[...] os arquivos abrangem processos para a salvaguarda de relíquias, história, memória, informações e culturas de determinadas épocas e em espaços distintos, tornando o arquivo fonte de prova, testemunho e de informação”. Para tanto, o documento precisa concluir o seu ciclo de vida (primária, intermediária, corrente e permanente), exigido pela arquivística, sob condição de falhas se refletirem na organização, guarda e na recuperação da informação.

O arquivista deve dá atenção ao ciclo de vida, quando se nota que o acervo brasileiro se situa entre a concepção de que a vida do documento ocorre em ciclos constantes, em que a cadeia não termina e devem-se considerar todos os documentos; e o modelo de ciclo de vida linear, onde se valoriza desde a criação até a disposição final do documento (NASCIMENTO; CABERO; VALENTIM, 2017). A ausência do uso dessas ferramentas teórico-metodológicas¹ contribui para gerar problema de inconsistência na guarda e organização da massa documental, trazendo danos aos usuários no momento da recuperação de informações.

Tal que Jardim (2015, p. 35) analisa que “[...] o documento só pode ser eliminado quando ele cumprir a finalidade para o qual foi criado e, assim, pode ficar à espera (arquivo intermediário) da destinação final para o acervo permanente”. Ao contrário, pois, do que recomenda esse autor, o arquivista pode incorrer em falhas na avaliação em uma das fases de vida documental. Ou ainda, o próprio arquivista, organizando os acervos por critérios empíricos não arquivísticos, contribui para “[...] dificultar a preservação das informações registradas, colocando em risco de perda o testemunho,

¹ Ressalta-se que esse problema pode ser decorrente da ausência de condições estruturais adequadas para o arquivista operar diante da grande quantidade de documentos que geram as instituições.

prova, memória, história da instituição e a recuperação de valiosas informações” (JARDIM, 2015, p. 36).

Aliás, não é por acaso que Jardim (1987, p. 15-16) afirma que “[...] o modelo de instituição arquivística pública ainda predominante no Brasil se apoia em recursos obsoletos do século XIX para tratar os documentos de arquivos, quanto ao seu processo de organização e guarda”, gerando inconsistência entre essas etapas arquivísticas e as informações a serem recuperadas. Aqui se delimita em discutir apenas a questão da inconsistência entre a organização dos documentos e a recuperação das informações de acervos, geradas pelas instituições públicas.

O estudo busca contribuir para elucidar e/ou minimizar esse problema, apresentando a indexação, como uma fundamental ferramenta arquivística para a organização dos documentos de acervos permanentes nas Instituições Públicas. Ou, tomando a seguinte linha de investigação: De que maneira a indexação pode significar uma fundamental ferramenta arquivística para organizar os documentos de acervos permanentes nas Instituições Públicas, visando uma eficaz recuperação das informações?

Diante dessa explanação preliminar, este artigo tem o objetivo de analisar a indexação como ferramenta arquivística para organizar os documentos em acervos permanentes nas instituições públicas.

Aqui, parte-se da premissa de que a indexação significa uma fundamental ferramenta arquivística para organizar os documentos em acervos permanentes, por acreditamos na mitigação da inconsistência entre a massa documental organizada e a recuperação das informações, tornando-se, assim, um parâmetro teórico-metodológico para o tratamento de instituições públicas, detentoras de arquivos permanentes. *Destarte*, os arquivos podem garantir o eficiente resguardo permanente dos registros, testemunhos, provas, memórias e histórias custodiadas nas instituições pesquisadas, possibilitando aos usuários a recuperação de importantes informações.

Este estudo se justifica por dois aspectos pertinentes. Primeiro, as ferramentas arquivísticas, aplicadas no processo de indexação, significam instrumentos de pesquisa para os usuários recuperar informações desejadas. Segundo, os resultados dessa pesquisa poderão servir de base para as instituições públicas gerarem políticas para aprimorar a organização da sua massa documental, orientando os arquivistas no tratamento dos acervos permanentes.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo sobre a indexação de documentos em acervos permanentes² foi realizado em cinco instituições públicas, representadas por quatro Institutos de Ensino Superior – IES e um arquivo público, cujo objeto de investigação foi os seus acervos, a saber: Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Pará (UFPA); e Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). A seleção dessas cinco instituições públicas para analisar a indexação nos documentos permanentes apresenta justificativas distintas.

² O questionário foi enviado a 13 instituições públicas, no entanto, por contada pandemia do Coronavírus e que impôs o trabalho remoto aos arquivistas, apenas 5 institutos responderam a este documento de pesquisa.

A opção pela UFBA foi em decorrência desse instituto ser considerado um dos centros de pesquisa de excelência da Região Nordeste do Brasil, contando com significativo corpo docente, discente e pesquisadores, que fazem intercâmbio internacional. Obviamente, que a substancial massa de conhecimento produzida por esse instituto se reflete em documentos e que demandam organização, guarda e, posterior, recuperação de informações.

A UFMG foi selecionada para este estudo por ser um centro de pesquisa referência, em nível regional e nacional, em ensino, extensão, cultura, pesquisa científica e geração de patentes, em diversas áreas do conhecimento, até porque é a mais antiga universidade do estado de Minas Gerais. Portanto, esse instituto tem representatividade nos registros de informações e que interessa a comunidade científica e autoridades (inter) nacionais, indicando possuir uma significativa massa documental para ser indexada e organizada em seu acervo.

Optou-se pela UFPR por ser também um instituto renomado na produção de ciência e de pesquisa no Brasil e no mundo e por ser a mais antiga universidade do país, contado com um corpo de pesquisadores de excelência. Certamente que seu acervo é permeado por uma substancial massa documental e requer indexação e organização, visando a recuperação de informações.

A UFPA, por sua vez, foi escolhida para analisar seu processo de indexação de seu acervo por se uma referência na Amazônia, Brasil e no mundo na produção de conhecimento científico, pesquisas e saberes. Por isso, seu acervo é muito requisitado e acessado para recuperar valiosas informações, indicando, de igual importância, a necessidade de uma eficiente indexação para organizar seus documentos permanentes.

A quinta e última fonte de pesquisa foi o APEP e sua importância reside no fato de possuir uma massa significativa de registros documentais, armazenados em forma de acervo permanente, de personagens políticas e acontecimentos históricos locais e nacionais. Este arquivo guarda a memória da trajetória político-administrativa do que o Estado do Pará, desde a sua fundação até a atualidade. Este acervo, portanto, significa importante espaço de guarda, preservação e recuperação de importantes informações históricas, o requer indexação para organizar a sua extensa massa documental gerada no Estado do Pará e regiões adjacentes.

Os sujeitos da pesquisa foram os arquivistas da UFBA; UFMG; UFPR; UFPA; e do APEP, por serem eles os profissionais responsáveis pelos serviços arquivísticos de triagem, organização, guarda, preservação, descrição, acesso e recuperação das informações documentais tratadas por estes institutos. Portanto, a amostra da pesquisa foi constituída pelos cinco profissionais arquivistas, representantes dessas instituições públicas e, por conseguinte, julgamos estarem aptos a responderem às necessidades requeridas nesta pesquisa.

Para este estudo, o representante do acervo da UFBA foi denominado de sujeito 1; o da APEP de sujeito 2; da UFPA de sujeito 3; da UFMG de sujeito 4; e da UFPR foi chamado de sujeito 5, com a finalidade de mais bem identificar e entender as opiniões sobre o objeto estudado na percepção direta desses sujeitos.

O instrumento para produzir os dados de interesse deste estudo foi o questionário que, em decorrência do atual contexto adverso epidemiológico, foi enviado aos os e-mails dos profissionais arquivistas, por meio do correio eletrônico da Plataforma do *Google Forms*. O questionário foi estruturado a partir de um conjunto de perguntas do tipo fechadas, de múltipla escolha e abertas, centradas nas especificidades

deste trabalho, o qual foi adaptado do modelo proposto por Oliveira (2015), cujo autor pesquisou a indexação nas universitárias federais.

Os dados, gerados pela aplicação do questionário, foram organizados, conforme as opiniões conferidas juntas aos sujeitos da pesquisa (Sujeitos 1, 2, 3, 4 e 5) e descritas entre parênteses. A análise dos resultados foi realizada de forma comparativa entre as respostas dos cinco representantes das instituições investigadas, tendo como suporte teórico para fundamentar estes inquéritos os autores da arquivologia, ciência da informação e áreas afins.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A proposta de analisar o processo de indexação dos acervos permanentes das instituições públicas foi alcançada por meio da aplicação do Questionário aos cinco profissionais arquivistas das instituições públicas dos acervos da UFBA (sujeito 1); APEP (sujeito 2); UFPA (sujeito 3); UFMG (sujeito 4); e UFPR (sujeito 5), cujas respostas desses sujeitos, em conformidade com os objetivos de pesquisa, foram tecidas neste bloco.

3.1 PERFIL DOS SUJEITOS PESQUISADOS

- **Formação acadêmica**

Os resultados mostraram que todos os sujeitos pesquisados (1, 2, 3, 4 e 5) possuem formação acadêmica, com curso superior. No entanto, é importante destacar a necessidade de conhecimentos específicos na área arquivística para atividades como indexar e organizar os acervos permanentes, de modo a garantir a boa representação documental para a recuperação da informação.

Para tanto, Jardim (1987) sugere que sejam adotados os princípios arquivísticos e as características intrínsecas do arquivo permanente no processo de organização e guarda dos documentos, visando eficiência no processo de indexação e eficácia no acesso e recuperação das informações solicitadas.

- **Qualificação como arquivista**

Os resultados indicaram que a maioria dos sujeitos pesquisados (1, 2 e 3) não conta com formação específica como arquivista para indexar e organizar os acervos permanentes, pois apenas os sujeitos 4 e 5 afirmaram que contam com essa formação específica. Isso indica que os acervos das instituições públicas carecem de recursos humanos qualificados para organizar, indexar e representar as informações para a sua recuperação.

A carência de profissionais arquivísticos no segmento de indexação reverbera o pensamento de Brascher e Vianna (2017, p. 156), cujos autores entendem que “[...] ainda não tem visibilidade estudos aprofundados sobre indexação no conjunto de literatura da área arquivística e acadêmica [...]”. Essa lacuna na arquivística pode ser em decorrência “[...] da importância em que a indexação é atribuída ao bibliotecário, como principal agente indexador do documento de arquivo” (RUBI; FUJITA; BOCCATO, 2012, p. 221).

Contudo, a formação do indexador é de muita importância para qualificar a organização dos documentos permanentes, pois “[...] este agente tem função primordial de compreender a leitura, ao realizar uma análise conceitual e que represente o conteúdo do documento, em correspondência com o assunto pesquisado” (RUBI; FUJITA, 2003, P. 67).

- **Tempo como arquivista**

Os resultados mostraram que os sujeitos pesquisados têm considerável tempo de atividade arquivística nos acervos estudados, indo desde 5 anos de ocupação (sujeito 2), passando pelo tempo de 28 anos (sujeito 3), até 30 anos de atividade arquivística (sujeito 1), cujo tempo de experiência impacta no saber de indexação dos documentos permanentes. No entanto, cabe aqui ressaltar, que os profissionais que não têm qualificação como arquivista possuem experiência na atividade de organização da informação, pois está a muitos anos exercendo suas atividades em seus ambientes de trabalho.

Pode-se ponderar aqui que o tempo de trabalho do arquivista, na condição de indexador, deve refletir “[...] na sua familiarização com a linguagem-padrão do sistema em que opera, em que o indexador seja capaz de dominar tanto o vocabulário como a sintaxe do instrumento de indexação” (RUBI; FUJITA; BOCCATO, 2012, p. 221).

- **Local de experiência**

Os resultados mostraram que os sujeitos pesquisados prestam serviços arquivísticos em renomadas instituições públicas, tais como UFBA (sujeito 1); APEP (sujeito 2); UFPA (sujeito 3); UFMG (sujeito 4); e UFPR (sujeito 5). Certamente que o dinamismo destes institutos, principalmente no seu segmento administrativo, depende da qualidade destes acervos que, por sua vez, passa pela formação e qualificação do profissional que está a frentes dos arquivos.

A vivência profissional do arquivista está ligada diretamente ao local de trabalho, cuja aquisição de saberes e conhecimentos são fundamentais para a formação e qualificação do indexador, cujos recursos sejam voltados para a organização dos documentos permanentes, visando o dinamismo desse segmento e, mais ainda, a satisfação dos usuários de informações (RUBI; FUJITA, 2003).

- **Uso da Ciência da Informação para orientar o arquivista**

Os resultados mostraram que a maioria dos arquivistas pesquisados adota algum tipo de referência da Ciência da Informação, dos quais se pode destacar as Resoluções do CONARQ e manuais da área da Arquivologia (sujeito 1); normas da Arquivologia (sujeito 2); normas de descrição arquivística (sujeito 3), ainda que os demais sujeitos (4 e 5) não adotem estes expedientes nos acervos em que trabalham.

A Ciência da Informação, a partir de suas premissas, pode contribuir para indexação os acervos permanentes, quanto “[...] a representação e análise do documento” (RUBI, 2009, p. 63). “Essa disciplina pode fundamentar as ferramentas de indexação, como processo que visa à recuperação de conteúdo, por meio de termos, conceitos, palavras-chave, linguagem, vocabulários controlados, índices, tesouros, etc.” (BARROS, 2016, p. 40-41).

3.2 NORMAS PARA A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

- **Política de indexação**

Os resultados mostraram que a maioria das instituições investigadas não conta com uma política de indexação, pois apenas o sujeito 3 usa NOBRADE, ISAD (G), ISAAR (CPF), e ISDF, visto que os demais pesquisados (sujeitos 1, 2, 4 e 5) não usam qualquer dessas orientações normativas.

Considerando que parte significativa das instituições públicas não adota a política de indexação como parâmetro fundamental para orientar o trabalho arquivístico, então os acervos destes institutos se desenvolvem sem um padrão de cultura organizacional e não atende as demandas dos usuários de informação. Neste

caso, Fujita (2012) considera que o não uso de uma política de indexação não permite o arquivista proceder da análise conceitual, como ferramenta para facilitar a recuperação das informações contidas nos documentos.

De fato, Rubi (2009, p. 87) reforça que a “[...] política de indexação deva servir como subsídio para a organização do conhecimento no catálogo, atuando como guia para o arquivista no momento da análise de assuntos dos documentos descritos nesses registros”. Inclusive, “[...] a própria gestão da informação depende de políticas que possibilite o fornecimento de informações relevantes, com qualidade suficiente, precisa, transmitida para o local certo, no tempo correto [...]” (BRAGA, 2000, p. 342).

- **Uso de norma internacional para indexar**

Os resultados mostraram que a maioria dos sujeitos pesquisados não usa essa normativa, como parâmetro para fundamentar o trabalho arquivístico, pois apenas o sujeito 1 adota a NOBRADE; e o sujeito 3 usa a ISAD (G); sendo que os demais sujeitos (2, 4 e 5) não usam nenhuma norma internacional.

Esse resultado mostra que as diretrizes e fundamentos das normas internacionais precisam ser mais difundidos nas academias e nos cursos de formação de recursos humanos, voltados para o processo de indexação dos acervos permanentes, na perspectiva de tornar eficiente a organização e a representação documental, favorecendo a recuperação das informações.

O uso dessa norma é tão importante que, por exemplo, a ainda que não apresente parâmetros para orientar a indexação, a ISAD (G) contribui para padronizar os registros de autoridades, de modo a controlar os conteúdos de pontos de acesso, segundo as observações de Cândido (2014).

- **Uso da NOBRADE para descrever os documentos**

Os resultados mostraram que a maioria dos sujeitos pesquisados adota essa norma como parâmetro para descrever e identificar os documentos nos acervos, pois apenas o sujeito 5 disse que não adota essa norma no acervo da UFPR. Portanto, a NOBRADE vem sendo usada por parte significativa das instituições públicas para tornar eficientes seus acervos, visando à satisfação dos usuários de informações.

Afinal esta norma brasileira, como parâmetro normativo para descrever e identificar documentos nos acervos está em conformidade com o processo de indexação, pois é a única norma de descrição arquivística que possui uma área específica direcionada à indexação de assuntos de documentos, evidenciada na área 8 dessa normativa, como analisado na própria NOBRADE (2006).

Ou seja, acredita-se que o uso da NOBRADE para orientar o procedimento arquivístico nas instituições investigadas compensa a ausência de uma Política de indexação e o não uso da Norma Internacional. Ainda assim, concorda-se com Cândido (2014) de que o uso da NOBRADE, como parâmetro normativo para indexar os acervos permanentes, tem significância, por ser uma norma instituída e, portanto, tem respaldo do Conselho Internacional de Arquivos.

Por este motivo, a NOBRADE tem propriedade de estabelecer diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais, visando o aprimoramento de guarda e organização dos acervos permanentes (CÂNDIDO, 2014).

3.3 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

- **Plano para organizar acervos**

Os resultados mostraram que as instituições pesquisadas pouco contam com esta ferramenta para organizar acervos, pois apenas o sujeito 3 afirmou positivo para essa questão, sendo que os sujeitos 1 e 2 as vezes contam com um plano para cumprir essa finalidade e os demais (4 e 5) não adotam este expediente no trabalho arquivístico.

Não obstante à importância do plano, Carpes e Flores (2014) analisam que a eficaz organização dos conteúdos de acervos permanentes depende da indexação e de suas ferramentas (índices temáticos, onomásticos e geográficos, conceitos, termos, palavras-chave, mapas conceituais, vocabulários, índices e tesouros), pois essas têm a finalidade de localizar, identificar, acessar e recuperar as informações

- **Tempo de funcionamento do acervo**

Os resultados mostraram que os acervos investigados têm considerável tempo de funcionamento, isto é, tem arquivo que está em funcionamento há 119 anos (sujeito 2); assim como tem acervo que está em atividade desde o ano de 1988 e, portanto, conta com 32 anos (sujeito 3), indicadores estes diferentes do sujeito 1, que afirmou que seu arquivo está em atividade por 10 anos (Sujeito 1). Ao contrário do que disseram estes três arquivistas, os demais sujeitos (4 e 5) não apresentaram respostas consistentes, quanto ao tempo de funcionamento de seus acervos.

Aqui merece ser destacado que, mesmo que estes dois últimos acervos possuam pouco tempo de funcionamento, e sem contar com um plano de organização para indexar sua documentação, estas instituições estão organizadas de forma tal que são capazes de atender a necessidade de busca dos usuários de informações. Considera-se também que o tempo de funcionamento do acervo confere credibilidade ao acervo e mais ainda a instituição, por disponibilizar informações de elevado valor, dotado de seus testemunhos e provas.

- **Ferramentas para organizar a informação**

Os resultados mostraram que os arquivistas pesquisados usam ferramentas de gêneros diferentes para organizar a informação, indo desde o uso da NOBRADE e TTDA (sujeito 1); os Instrumentos de pesquisa (sujeito 2); passando pelo uso e do SIPAC - módulo Protocolo, PTA (sujeito 3) e normas do CONARQ (sujeito 4); até o uso de CCD nas Atividades meio e fim da Administração Pública Federal (sujeito 5). Essas ferramentas arquivísticas, elencadas pelos sujeitos pesquisados, são fundamentais para organizar, indexar a informação e, por isso, devem ser usadas na prática do profissional arquivista nos órgãos públicos.

A Organização da informação se manifesta na

[...] descrição física e que se detenha na arte de representar a informação contida no documento ou quando reportamos ao conhecimento e sua organização, onde se está tratando, ainda que seja de forma indireta, da informação, visando à representação, acesso e recuperação” (VITAL; CAFÉ, 2011, p. 115).

Oportuno também definir a organização do conhecimento que, segundo Carlan e Medeiros (2011, p. 55), significa “[...] a ciência que ordena a estruturação e sistematização dos conceitos, de acordo com suas características, que podem ser definidas como elementos de herança do objeto, e a aplicação dos conceitos e classes dos conceitos ordenados pela indicação de valores, referentes aos objetos ou assuntos”.

- **Documentos que compõem o acervo**

Os resultados mostraram que são de diversos gêneros os documentos que compõem os acervos das instituições investigadas, tais como: documentos da Reitoria e das unidades acadêmicas (sujeito 1), ofícios (sujeito 2); documentos de guarda permanente (sujeitos 3); materiais que estão hospedados nos Centros de Memórias e/ou nos Museus (sujeito 4); processos (sujeito 5).

Estas respostas mostram a necessidade de avaliar os tipos de documentos que compõem um acervo permanente, no sentido de definir a recorrência das categorias de uso dos mesmos para orientar o arquivista no processo de guarda e organização, visando à eficiente indexação e a eficaz recuperação das informações documentais.

Independentemente do tipo de documentação que compõem os acervos permanentes, Rodrigues (2006, p. 112) destaca que o arquivista deve tomar, como matéria prima em seu trabalho, objetos dotados do princípio da Proveniência (arquivos originários), princípio da ordem original (documentos de um mesmo produtor e de mesmo agrupamento) e do princípio da indivisibilidade ou integridade (fundos de arquivo, devendo ser preservados na sua íntegra). Por certo que esses princípios geram valor histórico e cultural aos documentos e, por isso, são denominados de permanentes, devendo ser permanecer na instituição.

- **Uso de processamento técnico para auxiliar o arquivista**

Os resultados mostraram que a maioria dos acervos investigados não conta com esta ferramenta, a não ser o sujeito 3, que usa o SIPAC, porém os demais sujeitos (1, 2, 4 e 5) não possuem um sistema para auxiliar no trabalho arquivístico.

Estas respostas revelam que os acervos das instituições públicas pesquisadas carecem de um sistema de processamento técnico para auxiliar o arquivista na sua prática de organização e indexação dos acervos permanentes, no entanto, independentemente de um sistema o processamento da informação ocorre da mesma forma. Ou seja, o sistema viabiliza a organização e acesso aos dados, mas os dados que vão alimentar esse sistema são produtos de operações intelectuais importantes para a representação da informação, tornando-a acessível aos usuários.

Este resultado não atende as recomendações de Jardim (1987, p. 49), para quem “[...] os arquivos abrangem processos para a salvaguarda de relíquias, história, memória, informações e culturas de determinadas épocas e em espaços distintos, tornando o arquivo fonte de prova, testemunho e de informação”. Mas, também se pode ponderar que o pouco uso desse recurso pode ser compensado “pela análise de assunto, cujo objetivo é identificar e selecionar os conceitos que representam o conteúdo de um documento” (FUJITA, 2003, p. 60).

- **Tempo de resposta das informações solicitadas**

Os resultados mostraram que os acervos pesquisados respondem satisfatoriamente, quando a informação é solicitada, indo desde uma recuperação imediata (sujeito 3), passando por um dia (sujeito 2), até dois dias (sujeito 5) ou 48 horas (sujeito 1), ainda que o (sujeito 4) não tivesse como responder essa questão. Assim, apesar da inexistência de políticas de representação da maioria das instituições pesquisadas, os acervos estão organizados de forma que atendem a necessidade de busca dos usuários.

O tempo de resposta das informações requeridas, mais que depender da eficiência da indexação, passa também pela seletividade do processo e, por isso, “[...] é interessante desenvolver artefatos tecnológicos para auxiliar no gerenciamento das

informações documentais armazenadas, de modo a representar o conhecimento e sua eficaz recuperação” (SCHIESSL; BRASCHER, 2011, p. 301-302).

- **Avaliação das necessidades dos usuários**

De acordo com os resultados, a maioria das instituições pesquisadas não contam com essa iniciativa, a não ser o sujeito 3, que adota a Pesquisa histórica com critério, indicadores, padrão, fontes, técnicas e instrumentos de pesquisa para orientar o trabalho arquivístico. Os demais sujeitos (1, 2, 4 e 5) disseram que seus acervos não contam com qualquer pesquisa para atender as demandas daqueles que solicitam informações.

Com base nessas respostas, verifica-se a necessidade de as instituições investirem em pesquisas para o arquivista conhecer o perfil e as reais demandas dos usuários de informações, cuja sincronia entre necessidade e atendimento possa significar eficiência na guarda dos documentos, na organização e na indexação, visando à seletividade na recuperação de informações.

3.4 PROCEDIMENTOS DE INDEXAÇÃO

- **Diretrizes pré-definidas para indexar acervos**

As evidências mostram que a maioria dos arquivistas pesquisados (1, 2, 4 e 5) não conta com estes expedientes para fundamentar o seu trabalho, a não ser o sujeito 3, que acenou positivamente para o uso de Diretrizes pré-definidas no acervo da instituição em que trabalha.

Esse resultado mostra que as instituições pesquisadas precisam investir mais nos seus acervos para fundamentar o trabalho do profissional/arquivista, a partir de adoção de política de indexação e/ou no uso de manual de indexação, de modo a aprimorar o procedimento de indexação.

Ou seja, a importância do uso dessas diretrizes para indexar significa alicerçar a indexação em fundamentos teórico-metodológicos da arquivística, como bem recomendou Rubi (2012). Pode ainda essa diretriz contribuir para definir a exaustividade da indexação, com atenção voltada para os termos mais recorrentes no processo de guarda para serem indexados, segundo as observações de Rubi, Fujita e Boccato (2012).

- **Uso de *software* para a indexação**

A maioria dos profissionais/arquivistas pesquisados (2, 4 e 5) não usa essa tecnologia em seus acervos, salvo o sujeito 1, que usa o AtoM e o sujeito 3, que usa o *software* SIPAC no acervo de sua instituição. Oportuno discutir aqui que, independentemente de um sistema, o processamento da informação ocorre da mesma forma.

Ou seja, o *software* deve, contudo, fazer parte de um sistema para estruturar a organização do conhecimento, visando sua boa representação e disposição para facilitar o acesso e recuperação de informações. Isso depende também da estratégia adotada pelo arquivista para alcançar essa finalidade arquivística.

- **Campo de dados para incluir termos de indexação**

Os sujeitos 2, 4 e 5 não adotam esse recurso na indexação, a não ser o sujeito 3, que adota como campos mais usuais: os assuntos, usuários, número do protocolo, período do cadastro, como também o sujeito 1 que usa, como campo, os nomes dos autores, Títulos, Descrição do Resumo e do assunto.

A ausência de campos de dados para compor a indexação certamente se reflete no procedimento de indexação e na recuperação da informação, já que o próprio campo

delimita e categoriza os termos (autores, Títulos, Descrição do Resumo e do assunto) para organizar e representar o arquivo.

Em Lancaster (2004, p. 6) pode-se constatar que a indexação de assuntos implica “[...] na preparação de uma representação do conteúdo temático dos documentos, em que são identificados os assuntos de um documento, os quais possibilitarão a recuperação da informação pelo índice de assuntos, ou dos catálogos, abrangendo os campos do assunto”.

- **Tempo máximo para indexar**

Todos os sujeitos foram unânimes em dizer que não quantificam o tempo de indexação. Acredita-se que a ausência de contagem do tempo de indexação não permite também conhecer se o procedimento é pouco lento; lento; ou muito lento, ou seja, o arquivista não tem como qualificar o seu trabalho, tendo como parâmetro o tempo de labor.

O tempo para indexar reflete o processo para executar essa atividade arquivística, ou seja, se o processo é constituído por todas as ferramentas de indexação, então certamente se tem um tempo mínimo para executar tal tarefa. Ao contrário, a indexação requer tempo máximo. Nas instituições investigadas, a carência de alguns elementos para viabilizar a indexação permite dizer que os arquivistas levam considerado tempo para realizar essa tarefa.

- **Uso de base de dados ou catálogo para indexar**

Mostram os resultados que a maioria dos acervos não conta com qualquer base para cumprir essa finalidade, salvo os sujeitos 1 e 3, que acenaram positivamente para essa questão, sendo que os demais sujeitos (2, 4 e 5) apresentaram respostas negativas para este quesito. Esse resultado reforça que as instituições públicas, nos seus acervos permanentes, pouco recorrem às ferramentas arquivísticas para indexar a documentação, visando à seletiva recuperação de informação.

Ainda no contexto do uso de catálogo, ou de base de dados, os sujeitos 1 e 3 disseram que usam, respectivamente, o AtoM; o SIPAC e Instrumentos de pesquisa da Unidade, como base para indexar. Aqui se reitera a importância do uso dessa ferramenta tecnológica para fundamentar e aprimorar os acervos das instituições públicas.

O catálogo significa uma ferramenta arquivística que descreve o objeto documental (o documento solto), levando em conta o documento principal (a exemplo do testamento) e a unidade arquivística, a qual se relaciona, devendo conter os dados fundamentais para identificação do documento, isto é, os dados externos, como o nome do autor e do assunto (BARROS, 2016).

- **Grau de especificidade para representar documentos**

Os resultados mostraram que os profissionais/arquivistas trabalham com vários níveis de especificidades, indo desde o uso de termos específicos e genéricos (sujeitos 1 e 3); apenas termos genéricos (sujeito 2); apenas termos específicos (sujeitos 4 e 5). Registra-se, então, que os acervos pesquisados não adotam um grau de especificidade para representar o documento, mas os profissionais/arquivistas operacionalizam com vários graus de especificidades, abrindo assim um leque de possibilidades para trabalhar a indexação, assim como em várias formas de se recuperar a informação.

O uso de vários graus de especificidades para representar o documento requer um profissional com conhecimentos múltiplos na área arquivística e exige formação e qualificação continuada do indexador. Esta necessidade é válida, quando se nota que o nível de abrangência que a linguagem documentária permite especificar os conceitos

pode resultar na baixa especificidade nos assuntos e, nesse caso, os usuários terão na recuperação uma alta revocação, como salientou Rubi (2009).

- **Uso de linguagem controlada para indexar**

A maioria dos profissionais/arquivistas não conta com essa ferramenta no seu trabalho, a não ser os sujeitos 1 e 3, que sinalizaram positivamente, dizendo “que utiliza alguma linguagem controlada”, os demais sujeitos (2, 4 e 5) não contam com essa premissa em suas instituições. Essas respostas sugerem que os profissionais/arquivistas pesquisados não conhecem muitos dos instrumentos de pesquisa, como a classificação, listas de cabeçalhos, classificação dos assuntos, tesouros, taxonomias, terminologias e ontologias para indexar acervos.

Para este resultado, pode-se evidenciar que o não uso de linguagem controlada impacta na construção de um Sistema de Organização do Conhecimento, como referencial teórico-metodológica para orientar o arquivista, como mostrou Carlan e Medeiros (2011).

- **Conhecimento dos instrumentos de pesquisa**

A maioria dos profissionais/arquivistas pesquisados (1, 2, 4 e 5) não tem conhecimento das ferramentas que usa no processo de indexação, salvo o sujeito 3 que disse que recebe treinamento para realizar esta atividade arquivística. Este resultado sugere que os sujeitos pesquisados não contam com formação específica de Arquivologia, Ciência da Informação, entre outros, o que corrobora com o perfil dos sujeitos que fizeram parte dessa pesquisa.

Este conhecimento, segundo Barros (2016), requer o entendimento do processo de análise e síntese que ocorre ao longo da descrição e representação de arquivos ou mesmo na definição de séries e identificação de conjuntos documentais no âmbito da classificação, com notoriedade aos documentos produzidos em ambientes abertos e digitais. Enfim, a indexação pode auxiliar metodologicamente a arquivística na construção dos descritores e planos de classificação, que nada mais que instrumentos para os usuários pesquisarem.

- **Fatores que dificultam a indexação**

Os resultados apontaram causas diversas para as dificuldades em realizar a indexação, tais como: “ausência de tesouros, taxonomias, terminologias” (sujeito 1); “ausência de Conhecimento técnico” (sujeito 2); “ausência de instalação de uma plataforma adequada às atividades arquivísticas” (sujeito 3); “não tenho como responder” (sujeito 4); e o porquê “o arquivo está em fase de reestruturação” (sujeito 5).

Essas respostas permitem dizer que são variadas as necessidades dos arquivistas pesquisados em seu trabalho de indexação, cujas dificuldades indicam ausência de uma política abrangente para fomentar essa atividade, carecendo de maiores investimentos por parte das instituições públicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou o processo de indexação dos acervos permanentes das instituições públicas e essa proposta foi alcançada por meio da aplicação do Questionário aos arquivistas dos acervos da UFBA (sujeito 1); APEP (sujeito 2); UFPA (sujeito 3); UFMG (sujeito 4); e da UFPR (sujeito 5), que responderam 4 categorias de análises, com vista a se alcançar uma síntese conclusiva para esta pesquisa.

Os atores supracitados foram unânimes em concordar com a importância do atendimento dos fundamentos normativos, organizativos, descritivos e representativos no processo para indexar acervos permanentes, cujo fundo seja evitar inconsistências na massa de documentos armazenada e na constituição de um consistente banco de dados, de modo a proporcionar uma eficaz recuperação de informações.

Com base na análise e discussão dos resultados, apurou-se os seguintes indicativos finais para o tema discutido, conforme as categorias analisadas.

A pesquisa evidenciou que o perfil dos sujeitos pesquisados (**categoria de análise 1**) se traduz na formação superior, porém não contam com conhecimentos específicos arquivísticos, suas experiências são em instituições renomadas, como nos acervos da UFPA e do APEP, com experiência acima de cinco anos e adotam a Ciência da Informação como referência para auxiliar o profissional/arquivista.

Quanto ao uso das normas para a descrição arquivística (**categoria de análise 2**), o estudo mostrou que estas são alicerçadas na ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDF e na NOBRADE, as quais indicaram duas situações para as instituições investigadas: por um lado, os profissionais/arquivistas não usam as normas internacionais e, por outro, usam a NOBRADE, como referência normativa para desenvolver o trabalho de indexação.

No tocante a organização da informação (**categoria de análise 3**), foi constatado que esta é realizada sem o uso de um plano para organizar a informação, pois os sujeitos usam pouco as ferramentas arquivísticas, e o processamento da informação ocorre da mesma forma.

Ou seja, o sistema viabiliza a organização e acesso aos dados, mas os dados que vão alimentar esse sistema são produtos de operações intelectuais valiosas para a representação da informação. As instituições não contam com um estudo para conhecer as necessidades dos usuários, ainda que o tempo de respostas das informações solicitadas fosse satisfatório. Apesar da inexistência de políticas de representação da maioria das instituições pesquisadas, os acervos estão organizados de forma que atendem à necessidade de busca dos usuários.

No que se refere aos procedimentos de indexação (**categoria de análise 4**), apurou-se que os acervos são organizados sem o uso de diretrizes pré-definidas e/ou não contam com um manual para indexar; o *software*, independentemente de ter um sistema, o processamento da informação ocorre; o campo de dados para incluir termos e as remissivas são pouco usados pelos arquivistas; como também o tempo de indexação não é avaliado. Enfim, estas, e outras ferramentas (catálogos, base de dados, quantificação de termos, grau de especificidade, linguagem controlada, etc.), por não serem usadas pelos arquivistas, deixam de contribuir para aprimorar os acervos das instituições pesquisadas.

Diante desses resultados alcançados, tece-se aqui a seguinte conclusão para este tema: *As instituições públicas investigadas não adotam as ferramentas arquivísticas nos procedimentos de indexação, por serem limitadas nesse processo, cuja causa mais evidente é a ausência de uma política voltada para esta atividade que, em última instância, resulta na falta de conhecimento desses recursos por parte dos arquivistas.*

Contudo, inquire-se aqui que a ausência de indexação nos documentos de arquivos permanentes, por outro lado, é compensada por formas alternativas de representação da informação para facilitar sua recuperação, centradas: (a) nos fundamentais da Ciência da Informação, e (b) na NOBRADE para descrever os

documentos nos acervos, cuja diretriz é alicerçada nas premissas das normas internacionais.

Diante do aprendizado com este estudo, pode-se encaminhar o desfecho desse estudo tecendo recomendações e que podem servir aos arquivos das instituições públicas, a saber:

- a) os arquivistas devem se qualificar, visando o aprimoramento na organização dos acervos;
- b) os arquivistas devem ter pleno conhecimento dos instrumentos para indexar (classificação, cabeçalhos, tesouros, taxonomias, etc.), pois essas ajudam os usuários nas suas buscas;
- c) os arquivistas devem potencializar ações para perceber as reais necessidades dos usuários.

Sugerimos também que: as instituições arquivísticas tenham um olhar especial para os as lacunas diagnosticadas nesse estudo, no sentido de fomentar os procedimentos de indexação nos acervos permanentes, como efeito da adoção de política de indexação e que valorize o conhecimento das ferramentas arquivísticas para o sucesso dessa atividade. Tal como com propriedade Jardim (1987, p. 103) revela que “[...] as instituições arquivísticas se caracterizam pela sua função de órgão estritamente de apoio à pesquisa, comprometido com a conservação e acesso aos documentos considerados de valor histórico”.

Ainda que este artigo tenha contribuído para mostrar as ferramentas que compõem a indexação para organizar os acervos, o resultado dessa pesquisa não pode ser tomado como algo cabal, pois carece de estudos mais aprofundados para saber de que maneira o uso dos fundamentos da Ciência da Informação e da NOBRADÉ podem significar duas ferramentas para tornar mais eficientes a indexação dos documentos de acervos permanentes, considerando a satisfação dos usuários de informação.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Patrimônio Histórico do Pará**. APEP, Belém, 2019. Disponível em: <http://www.secult.pa.gov.br/tags/arquivo-p%C3%BAblicopatrim%C3%B4nio-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 7 out. 2020.

BARROS, T. H. B. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontro Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 21, n. 46, p. 33-44, mai./ago. 2016.

BRAGA, A. Gestão da informação. **Revista Millenium**, ano 5, n.19, p. 341-351, 2000.

CÂNDIDO, Gilberto Gomes. **A representação da informação do documento de arquivo**: perspectivas metodológicas para elaboração de pontos de acesso. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, São Paulo/Marília, 2014.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Rev. Ibero-amer. Ci. Inf.** Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez.2011.

CARPES, F. S.; FLORES, Instrumento de descrição arquivística em meio eletrônico: definição do quadro de padrões, normas e metadados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, n.4, p.67-80, out./dez. 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/ASSIS/Documents/isaarcpf.pdf>. Acesso em 10 set. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF**: Norma internacional para descrição de funções. Elaborada pelo Comitê de Boas Práticas e Normas Dresden, Alemanha, maio de 2007. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2007_Guidelines_ISDF_First-edition_PT.pdf. Acesso em 10 set. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Conselho Internacional de Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isdiah.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Norma Brasileira de Descrição Arquivística. **Normalização de acervos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2006. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_nobrade_resolucao_28.pdf. Acesso em: 16 out. 2020.

FUJITA, M. S. L. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (ed.) **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FUJITA, M. S. L. Identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Rev. Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 19-50, 2015.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, v.2, n. 2 p. 1-123 jul. 1987 (Acervo).

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

NASCIMENTO, Natália Marinho do; CABERO, María Manuela Moro; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Perspectiva brasileira do modelo records continuum**. In: XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, realizado em Marília/SP, de 23 a 27 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, H. F. de. **Consistência na indexação em bibliotecas universitárias federais do estado do Rio de Janeiro**. 2015. 104 f. TCC (Graduação em Biblioteconomia) – Programa de Graduação da UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

ROBREDO, Jaime. Indexação automática de textos: uma abordagem otimizada e simples. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 130-136, jul.dez. 1991.

RUBI, M. P. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. In: FUJITA, M. S. L. (org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias**. São Paulo: CulturaAcadêmica, 2009, p. 61-93.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina Casari. Elaboração do manual de política de indexação na formação continuada do catalogador. In: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. In: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003.

SCHMIDT, C. M. S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo, SP, 2012.

SCHIESSL, M. BRASCHER, M. Do texto às ontologias: uma perspectiva para a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40 n. 2, p. 301-311, maio/ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **UFPA em números-2019**. Disponível em: <http://www.ufpanumeros.ufpa.br/>. Acesso em: 25 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Em tempos de coronavírus**. UFBA. 2019. Disponível em: <https://www.ufba.br/>. Acesso em: 7 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Informe acadêmico**. UFMG. 2019.
Disponível em: <https://www.ufmg.br/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Em tempos de COVID-19**. UFPR. 2019.
Disponível em: <https://www.ufpr.br/>. Acesso em: 20 out. 2020.

VITAL, L. P.; CAFÉ, L. M. A. Ontologias e taxonomias: diferenças. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.2, p.115-130, abr./jun. 2011.